



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Campus "Luiz de Queiroz"
Centro de Energia Nuclear na Agricultura



TERMO DE REFERÊNCIA FORNECIMENTO CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO SEI Nº 154.00004316/2024-11
DEMANDA DE COMPRA Nº: 202174/2024
COMPRA MERCÚRIO Nº75431/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

- 1.1. AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS, COM FORNECIMENTO EM GALÕES EM REGIME DE COMODATO E ENTREGA PARCELADA, NOS TERMOS DA DESCRIÇÃO ABAIXO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
01	ÁGUA MINERAL NATURAL, POTÁVEL, SEM GÁS, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADOS EM GARRAFÕES DE PROPRIEDADE DA FORNECEDORA, FABRICADOS EM FABRICADOS EM RESINA VIRGEM OU OUTRO MATERIAL ADEQUADO PARA TAL FIM – LACRADOS, SEM RUPTURAS, EMENDAS OU DANIFICAÇÕES APARENTES, DE EXCELENTE QUALIDADE, RETORNÁVEIS, NA COR AZUL-CLARO, SUPERTRANSPARENTES, RESISTENTES À IMPACTOS, COM CAPACIDADE PARA 20(VINTE) LITROS CADA E DEVIDAMENTE HIGIENIZADOS EXTERNAMENTE.	UNIDADE	2.000	R\$ 9,50	R\$ 19.000,00
02	ÁGUA MINERAL NATURAL, POTÁVEL, SEM GÁS, DE 1ª QUALIDADE, ACONDICIONADOS EM GARRAFÕES DE PROPRIEDADE DA FORNECEDORA, FABRICADOS EM RESINA VIRGEM OU OUTRO MATERIAL ADEQUADO PARA TAL FIM – LACRADOS, SEM RUPTURAS, EMENDAS OU DANIFICAÇÕES APARENTES, DE EXCELENTE QUALIDADE, RETORNÁVEIS, NA COR AZUL-CLARO, SUPERTRANSPARENTES, RESISTENTES À IMPACTOS, COM CAPACIDADE PARA 10(DEZ) LITROS CADA E DEVIDAMENTE HIGIENIZADOS EXTERNAMENTE.	UNIDADE	200	R\$ 8,00	R\$ 1.600,00

1.1.1. EM CASO DE EVENTUAL DIVERGÊNCIA ENTRE A DESCRIÇÃO DO ITEM DO CATÁLOGO DO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR E AS DISPOSIÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA, PREVALECEM AS DISPOSIÇÕES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

- 1.2. O OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO NÃO SE ENQUADRA COMO BEM DE LUXO, OBSERVANDO O DISPOSTO NO DECRETO ESTADUAL Nº 67.985, DE 2023.
- 1.3. O PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO É DE 12 (DOZE) MESES, PRORROGÁVEIS ATÉ, NO MÁXIMO, DE 5 (CINCO) ANOS CONTADOS DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, PRORROGÁVEL POR ATÉ 10 ANOS, NA FORMA DOS ARTIGOS 106 E 107 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.
- 1.4. O FORNECIMENTO DE BENS É ENQUADRADO COMO CONTINUADO TENDO EM VISTA QUE SÃO DE USO CONSTANTE PARA DIVERSOS SETORES DO CENA/USP E IMPRESCINDÍVEIS PARA O BOM ANDAMENTO DAS TAREFAS E PESQUISAS, SENDO A VIGÊNCIA PLURIANUAL MAIS VANTAJOSA CONSIDERANDO O CUSTO ANUAL DE REFAZER ESTA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR.

Av. Centenário, 303, Bairro São Dimas - Caixa Postal 96 - CEP: 13400-970 - Piracicaba, SP, Brasil
Fone: (19)3429-4600 - Fax (19) 3429-4610 - e-mail: diretoria@cena.usp.br - www.cena.usp.br



- 1.5. O **CONTRATADO** NÃO PODERÁ SUBCONTRATAR, CEDER OU TRANSFERIR, TOTAL OU PARCIALMENTE, O OBJETO CONTRATUAL.
2. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**
 - 2.1. A FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DE SEUS QUANTITATIVOS ENCONTRA-SE PORMENORIZADA EM TÓPICO ESPECÍFICO **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 202174/2024**.
 - 2.2. O OBJETO DA CONTRATAÇÃO NÃO ESTÁ PREVISTO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, CONFORME CONSTA DAS INFORMAÇÕES BÁSICAS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.
3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**
 - 3.1. A DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO ENCONTRA-SE PORMENORIZADA EM TÓPICO ESPECÍFICO **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 202174/2024**.
4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**
 - 4.1. **SUSTENTABILIDADE**
 - 4.1.1 A DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE ENCONTRA-SE PORMENORIZADA EM TÓPICO ESPECÍFICO **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 202174/2024**.
 - 4.2. NÃO HAVERÁ EXIGÊNCIA DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO DOS ARTIGOS 96 E SEQUINTE DA LEI Nº 14.133, DE 2021, PELAS RAZÕES CONSTANTES DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.
5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
 - 5.1 O FORNECEDOR DEVERÁ ENTREGAR ÁGUA MINERAL DENTRO DOS PADRÕES DE EXIGÊNCIA PARA CONSUMO, ESTABELECIDOS PELOS DEPARTAMENTOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL;
 - 5.1.1 SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A RDC 274/05, RDC 275/05, RDC 259/02, PORTARIA 470/99, ABNT NBR 14.328:2011, NBR 14.638:2011, NBR 14.222:2013 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.
 - 5.1.2 PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.
 - 5.2 O **CONTRATADO** DEVERÁ NO PRAZO DE ATÉ 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS, APRESENTAR OS LAUDOS ABAIXO DESCRITOS PARA AS MARCAS OFERTADAS, EMITIDOS POR ÓRGÃOS COMPETENTES;
 - 5.2.1 LAUDO DE ANÁLISE FÍSICO QUÍMICO EMITIDO POR LABORATÓRIO COMPETENTE CREDENCIADO POR ÓRGÃO OFICIAL EMITIDO NO PRAZO MÁXIMO DE 12 (DOZE) MESES;
 - 5.2.2 LAUDO BACTERIOLÓGICO EMITIDO POR LABORATÓRIO COMPETENTE CREDENCIADO POR ÓRGÃO OFICIAL EMITIDO NO PRAZO MÁXIMO DE 03 (TRÊS) MESES;
 - 5.2.3 EM CASO DE DÚVIDAS NOS LAUDOS APRESENTADOS, O CENA SOLICITARÁ NOVO LAUDO, PODENDO INDICAR O LABORATÓRIO NO QUAL A NOVA ANÁLISE DEVERÁ SER REALIZADA (MEDIANTE JUSTIFICATIVA);
 - 5.2.4 ESSES NOVOS LAUDOS SERÃO FORNECIDOS SEM ÔNUS PARA O CENA/USP;
 - 5.3 DEVERÁ AINDA, SUBSTITUIR A MARCA DA ÁGUA FORNECIDA POR OUTRA DE QUALIDADE ADEQUADA AO CONSUMO, CONFORME ESPECIFICADO, SEMPRE QUE RESTAR COMPROVADO, ATRAVÉS DOS RELATÓRIOS DE ANÁLISE DE QUALQUER AMOSTRA DA MARCA AMOSTRA DA MARCA FORNECIDA OU MEDIANTE INFORMAÇÃO DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS COMPETENTES, QUE A POTABILIDADE DA ÁGUA MARCA FORNECIDA ESTEJA COMPROMETIDA;
 - 5.4 A DATA DE ENVASE NÃO PODERÁ SER ANTERIOR Á 10 (DEZ) DIAS DA DATA DE ENTREGA DOS PRODUTOS;



- 5.5 AS INFORMAÇÕES DOS RÓTULOS DEVERÃO ESTAR EM CONFORMIDADE COM O QUE ESTABELECE A PORTARIA 470/99 DO NO DNPM –DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL QUE ESTABELECE CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DOS RÓTULOS DAS EMBALAGENS;
- 5.6 A ENTREGA DO PRODUTO DEVERÁ CONTEMPLAR SUA DISTRIBUIÇÃO EM CONFORMIDADE COM A RELAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA, CONFORME RELACIONADO ABAIXO:

LOCAIS DE ENTREGA – AV. CENTENÁRIO, 303 BAIRRO SÃO DIMAS – PIRACICABA – SP
LABORATÓRIO DE ECOLOGIA ISOTÓPICA
LABORATÓRIO DE GEOPROCESSAMENTO
LABORATÓRIO DE FERTILIDADE DO SOLO
LABORATÓRIO DE FÍSICA DO SOLO
LABORATÓRIO DE QUÍMICA ANALÍTICA
LABORATÓRIO DE NUTRIÇÃO ANIMAL E BIOTÉRIO
LABORATÓRIO DE ECOTOXICOLOGIA
LABORATÓRIO DE INSTRUMENTAÇÃO NUCLEAR
LABORATÓRIO DE IRRADIAÇÃO DE ALIMENTOS E RADIOENTOMOLOGIA
LABORATÓRIO DE ISÓTOPOS ESTÁVEIS
LABORATÓRIO DE BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR
LABORATÓRIO DE NUTRIÇÃO MINERAL DE PLANTAS
LABORATÓRIO DE RADIOBIOLOGIA AMBIENTE
LABORATÓRIO DE CARBONO 14
LABORATÓRIO DE GERENCIAMENTO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS
SERVIÇO DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA
SECÃO DE MANUTENÇÃO
ALMOXARIFADO
OFICINA
PORTARIA
BIBLIOTECA

- 5.7 AS ENTREGAS DEVERÃO OCORRER TODA QUARTA-FEIRA, NO HORÁRIO COMPREENDIDO ENTRE 08:00 E 11:00 OU 14:00 E 16:00 HORAS, MEDIANTE DEMANDA INDIVIDUAL DE CADA LOCAL CADASTRADO. A LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO E ATENDIMENTO DEVE SER DE RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR;
- 5.8 DEVERÁ SER MANTIDA EM REGIME DE “COMODATO” A QUANTIDADE DE GALÕES DE ÁGUA SUFICIENTES PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS ÁREAS USUÁRIAS, COM ENTREGAS SEMANAIS;
- 5.9 O PRAZO DE GARANTIA **90 (NOVENTA) DIAS CORRIDOS** CONFORME ESTABELECIDO [NA LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990](#) (CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR).
- 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**
- 6.1. O CONTRATO DEVERÁ SER EXECUTADO FIELMENTE PELAS PARTES, DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS AVENÇADAS E AS NORMAS DA LEI Nº 14.133, DE 2021, E CADA PARTE RESPONDERÁ PELAS CONSEQUÊNCIAS DE SUA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL.
- 6.2. EM CASO DE IMPEDIMENTO, ORDEM DE PARALISAÇÃO OU SUSPENSÃO DO CONTRATO, O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO SERÁ PRORROGADO AUTOMATICAMENTE PELO TEMPO CORRESPONDENTE, ANOTADAS TAIS CIRCUNSTÂNCIAS MEDIANTE SIMPLES APOSTILA.
- 6.3. AS COMUNICAÇÕES ENTRE O ÓRGÃO OU ENTIDADE E O **CONTRATADO** DEVEM SER REALIZADAS POR ESCRITO SEMPRE QUE O ATO EXIGIR TAL FORMALIDADE, ADMITINDO-SE O USO DE MENSAGEM ELETRÔNICA PARA ESSE FIM.
- 6.4. A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PODERÁ CONVOCAR REPRESENTANTE DO **CONTRATADO** PARA ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS QUE DEVAM SER CUMPRIDAS DE IMEDIATO.



- 6.5. APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO OU OUTRO INSTRUMENTO EQUIVALENTE (CASO ASSIM DEFINIDO PELA DOCUMENTAÇÃO QUE COMPÕEM A PRESENTE CONTRATAÇÃO), O ÓRGÃO OU ENTIDADE PODERÁ CONVOCAR O REPRESENTANTE DO **CONTRATADO** PARA REUNIÃO INICIAL PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO, QUE CONTERÁ INFORMAÇÕES ACERCA DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, DOS MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO, DAS ESTRATÉGIAS PARA EXECUÇÃO DO OBJETO, DO PLANO COMPLEMENTAR DE EXECUÇÃO DO **CONTRATADO**, QUANDO HOUVER, DO MÉTODO DE AFERIÇÃO DOS RESULTADOS E DAS SANÇÕES APLICÁVEIS, DENTRE OUTROS.
- 6.6. FISCALIZAÇÃO;
- 6.6.1. A EXECUÇÃO DO CONTRATO DEVERÁ SER ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO(S) FISCAL(IS) DO CONTRATO, OU PELO(S) RESPECTIVO(S) SUBSTITUTO(S) ([LEI Nº 14.133, DE 2021, ART. 117, CAPUT](#)).
- 6.7. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA;
- 6.7.1. O FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO VERIFICARÁ A MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DO **CONTRATADO**, ACOMPANHARÁ O EMPENHO, O PAGAMENTO, AS GARANTIAS, AS GLOSAS E A FORMALIZAÇÃO DE APOSTILAMENTO E TERMOS ADITIVOS, SOLICITANDO QUAISQUER DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS PERTINENTES, CASO NECESSÁRIO (DECRETO ESTADUAL Nº 68.220, DE 2023, ART. 18, II E III).
- 6.7.2. CASO OCORRA DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, O FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO ATUARÁ TEMPESTIVAMENTE NA SOLUÇÃO DO PROBLEMA, REPORTANDO AO GESTOR DO CONTRATO PARA QUE TOME AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS, QUANDO ULTRAPASSAR A SUA COMPETÊNCIA (DECRETO ESTADUAL Nº 68.220, DE 2023, ART. 18, IV).
- 6.7.3. SEMPRE QUE SOLICITADO PELO CONTRATANTE, O **CONTRATADO** DEVERÁ COMPROVAR O CUMPRIMENTO DA RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL OU PARA APRENDIZ, BEM COMO AS RESERVAS DE CARGOS PREVISTAS EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, COM A INDICAÇÃO DOS EMPREGADOS QUE PREENCHEREM AS REFERIDAS VAGAS, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 116 DA LEI Nº 14.133, DE 2021.
- 6.8. O GESTOR DO CONTRATO EXERCERÁ A ATIVIDADE DE COORDENAÇÃO DOS ATOS DE FISCALIZAÇÃO TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E SETORIAL E DOS ATOS PREPARATÓRIOS À INSTRUÇÃO PROCESSUAL VISANDO, ENTRE OUTROS, À PRORROGAÇÃO, À ALTERAÇÃO, AO REEQUILÍBRIO, AO PAGAMENTO, À EVENTUAL APLICAÇÃO DE SANÇÕES E À EXTINÇÃO DOS CONTRATOS (DECRETO ESTADUAL Nº 68.220, DE 2023, INCISO III DO ART. 2º).
- 6.8.1. O GESTOR DO CONTRATO ACOMPANHARÁ A MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DO **CONTRATADO**, PARA FINS DE EMPENHO DE DESPESA E PAGAMENTO, E ANOTARÁ OS PROBLEMAS QUE OBSTEM O FLUXO NORMAL DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO DA DESPESA NO RELATÓRIO DE RISCOS EVENTUAIS (DECRETO ESTADUAL Nº 68.220, DE 2023, ART. 16, IX).
- 6.8.2. O GESTOR DO CONTRATO EMITIRÁ DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA AVALIAÇÃO REALIZADA PELOS FISCAIS TÉCNICO, ADMINISTRATIVO E SETORIAL, QUANDO HOUVER, QUANTO AO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELO **CONTRATADO**, COM MENÇÃO AO SEU DESEMPENHO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL, BASEADO NOS INDICADORES OBJETIVAMENTE DEFINIDOS E AFERIDOS, E A EVENTUAIS PENALIDADES APLICADAS, DEVENDO CONSTAR DO CADASTRO DE ATESTO DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES (DECRETO ESTADUAL Nº 68.220, DE 2023, ART. 18, VII).
- 6.8.3. O GESTOR DO CONTRATO TOMARÁ PROVIDÊNCIAS PARA A FORMALIZAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO PARA FINS DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES, A SER CONDUZIDO PELA COMISSÃO DE QUE TRATA O ART. 158 DA LEI Nº 14.133, DE 2021, OU PELO AGENTE OU PELO SETOR COM COMPETÊNCIA PARA TAL, CONFORME O CASO (DECRETO ESTADUAL Nº 68.220, DE 2023, ART. 16, VIII).



- 6.8.4.** O GESTOR DO CONTRATO DEVERÁ ELABORAR RELATÓRIO FINAL COM INFORMAÇÕES SOBRE A CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS QUE TENHAM JUSTIFICADO A CONTRATAÇÃO E EVENTUAIS CONDUTAS A SEREM ADOTADAS PARA O APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO (DECRETO ESTADUAL Nº 68.220, DE 2023, ART. 16, VII E PARÁGRAFO ÚNICO).
- 6.8.5.** O GESTOR DO CONTRATO DEVERÁ ENVIAR A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE AO SETOR DE CONTRATOS PARA A FORMALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO, NO VALOR DIMENSIONADO PELA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO NOS TERMOS DO CONTRATO.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. DO RECEBIMENTO

- 7.1.1.** OS BENS SERÃO RECEBIDOS PROVISORIAMENTE, DE FORMA SUMÁRIA, NO ATO DA ENTREGA, JUNTAMENTE COM A NOTA FISCAL OU INSTRUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE, PELO(A) RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, PARA EFEITO DE POSTERIOR VERIFICAÇÃO DE SUA CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NA PROPOSTA.
- 7.1.2.** OS BENS PODERÃO SER REJEITADOS, NO TODO OU EM PARTE, INCLUSIVE ANTES DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO, QUANDO EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E NA PROPOSTA, DEVENDO SER SUBSTITUÍDOS NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS CORRIDOS, A CONTAR DA NOTIFICAÇÃO DO CONTRATADO, ÀS SUAS CUSTAS, SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES.
- 7.1.3.** PARA AS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE DESPESAS CUJOS VALORES NÃO ULTRAPASSEM O LIMITE DE QUE TRATA O INCISO II DO CAPUT DO ART. 75 DA LEI Nº 14.133, DE 2021, O PRAZO MÁXIMO PARA O RECEBIMENTO DEFINITIVO SERÁ DE ATÉ 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS.
- 7.1.4.** O PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO PODERÁ SER EXCEPCIONALMENTE PRORROGADO, DE FORMA JUSTIFICADA, POR IGUAL PERÍODO, QUANDO HOUVER NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS PARA A AFERIÇÃO DO ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS CONTRATUAIS.
- 7.1.5.** NO CASO DE CONTROVÉRSIA SOBRE A EXECUÇÃO DO OBJETO, QUANTO À DIMENSÃO, QUALIDADE E QUANTIDADE, SE HOUVER PARCELA INCONTROVERSA, DEVERÁ SER OBSERVADO O TEOR DO ART. 143 DA LEI Nº 14.133, DE 2021, COM A COMUNICAÇÃO AO CONTRATADO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL/FATURA NO QUE PERTINENTE À PARCELA INCONTROVERSA, PARA EFEITO DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO.
- 7.1.6.** O PRAZO PARA A SOLUÇÃO, PELO CONTRATADO, DE INCONSISTÊNCIAS NA EXECUÇÃO DO OBJETO OU DE SANEAMENTO DA NOTA FISCAL OU DE INSTRUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE, VERIFICADAS PELA ADMINISTRAÇÃO DURANTE A ANÁLISE PRÉVIA À LIQUIDAÇÃO DE DESPESA, NÃO SERÁ COMPUTADO PARA OS FINS DO RECEBIMENTO DEFINITIVO.
- 7.1.7.** O RECEBIMENTO PROVISÓRIO OU DEFINITIVO NÃO EXCLUIRÁ A RESPONSABILIDADE CIVIL PELA SOLIDEZ E PELA SEGURANÇA DOS BENS NEM A RESPONSABILIDADE ÉTICO-PROFISSIONAL PELA PERFEITA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

7.2. LIQUIDAÇÃO;

- 7.2.1.** RECEBIDA A NOTA FISCAL OU DOCUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE, CORRERÁ O PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS PARA FINS DE LIQUIDAÇÃO, A CONTAR DE SEU RECEBIMENTO PELA ADMINISTRAÇÃO, NA FORMA DESTA SEÇÃO, PRORROGÁVEIS POR IGUAL PERÍODO, JUSTIFICADAMENTE, QUANDO HOUVER NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS PARA A AFERIÇÃO DO ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS CONTRATUAIS.



- 7.2.2. HAVENDO ERRO NA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL OU INSTRUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE, OU CIRCUNSTÂNCIA QUE IMPEÇA A LIQUIDAÇÃO DA DESPESA, ESTA FICARÁ SOBRESTADA ATÉ QUE O CONTRATADO PROVIDENCIE AS MEDIDAS SANEADORAS, REINICIANDO-SE O PRAZO APÓS A COMPROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO, SEM ÔNUS AO CONTRATANTE;
- 7.2.3. A NOTA FISCAL OU INSTRUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE DEVERÁ SER OBRIGATORIAMENTE ACOMPANHADA DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL, CONSTATADA POR MEIO DE CONSULTA ON-LINE AO SICAF OU, NA IMPOSSIBILIDADE DE ACESSO AO REFERIDO SISTEMA, MEDIANTE CONSULTA AOS SÍTIOS ELETRÔNICOS OFICIAIS OU À DOCUMENTAÇÃO MENCIONADA NO ART. 68 DA LEI Nº 14.133/2021.
- 7.2.4. CONSTATANDO-SE, JUNTO AO SICAF, A SITUAÇÃO DE IRREGULARIDADE DO CONTRATADO, SERÁ PROVIDENCIADA SUA NOTIFICAÇÃO, POR ESCRITO, PARA QUE, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS, REGULARIZE SUA SITUAÇÃO OU, NO MESMO PRAZO, APRESENTE SUA DEFESA. O PRAZO PODERÁ SER PRORROGADO UMA VEZ, POR IGUAL PERÍODO, A CRITÉRIO DO CONTRATANTE.

7.3. PRAZO DE PAGAMENTO;

- 7.3.1. O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO NO PRAZO NÃO INFERIOR A **28 (VINTE E OITO)** DIAS, CONTADOS DA APRESENTAÇÃO DA NOTA FISCAL OU DOCUMENTO DE COBRANÇA EQUIVALENTE, DESDE QUE TENHA SIDO FINALIZADA A LIQUIDAÇÃO DA DESPESA, CONFORME SEÇÃO ANTERIOR, NOS TERMOS DO ART. 2º, II, DO DECRETO ESTADUAL Nº 67.608, DE 2023 E DA [PORTARIA GR Nº 8249/2023](#).
- 7.3.2. SÃO CONDIÇÕES PARA A LIBERAÇÃO DO PAGAMENTO:
- a) O RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO;
 - b) A ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL COMPLETA;
 - c) A NÃO EXISTÊNCIA DE REGISTRO DO **CONTRATADO** NO CADIN ESTADUAL, CUJA CONSULTA DEVERÁ SER FEITA PELO **CONTRATANTE**, NOS TERMOS DO ARTIGO 6º, INCISO II E PARÁGRAFO 1º DA LEI ESTADUAL Nº 12.799/2008 C.C. ARTIGO 7º, INCISO II E PARÁGRAFO 1º DO DECRETO ESTADUAL Nº 53.455/2008.
- 7.3.3. HAVENDO ATRASO NO PAGAMENTO DOS CONTRATOS CELEBRADOS PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, POR RAZÕES NÃO IMPUTÁVEIS AO **CONTRATADO**, O VALOR DEVIDO SERÁ ATUALIZADO MONETARIAMENTE PELO **IPC-FIPE** NA FORMA DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, CALCULADO PRO RATA TEMPORIS EM RELAÇÃO AO ATRASO VERIFICADO, TORNANDO-SE PASSÍVEL DE RESPONSABILIZAÇÃO AQUELE QUE DER CAUSA AO ATRASO IMOTIVADO.
- 7.3.3.1. NÃO SERÁ CONSIDERADO ATRASO O PERÍODO DE SUSPENSÃO DOS PAGAMENTOS EM RAZÃO DO DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES FIXADAS EM CONTRATO, NEM AS RETENÇÕES PARA COMPENSAÇÃO COM EVENTUAIS MULTAS E PREJUÍZOS CAUSADOS À UNIVERSIDADE OU A TERCEIROS.
- 7.3.3.2. O PAGAMENTO DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA ESTABELECIDA NESTE ARTIGO DEPENDERÁ DE REQUERIMENTO A SER FORMALIZADO PELA EMPRESA CONTRATADA.
- 7.3.4. EVENTUAIS IRREGULARIDADES NAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO OU NOS DOCUMENTOS EXIGIDOS (NOTA FISCAL, FATURA E DEMAIS DOCUMENTOS EXIGÍVEIS) PARA SUA LIBERAÇÃO DEVERÃO SER REGULARIZADAS ATÉ O SÉTIMO DIA ANTERIOR AO TÉRMINO DO PRAZO DE PAGAMENTO.
- 7.3.5. CASO NÃO OCORRA A REGULARIZAÇÃO NO PRAZO DEFINIDO NO ITEM ANTERIOR, O PAGAMENTO FICARÁ SUSPENSO E SERÁ EFETUADO EM ATÉ 07 (SETE) DIAS, CONTADOS A PARTIR DO DIA SEGUINTE À REGULARIZAÇÃO.
- 7.3.6. CASO O TÉRMINO DA CONTAGEM ACONTEÇA EM DIAS SEM EXPEDIENTE BANCÁRIO, O PAGAMENTO OCORRERÁ NO PRIMEIRO DIA ÚTIL IMEDIATAMENTE SUBSEQUENTE.



- 7.3.7. CASO SEJAM CONSTATADAS IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO, SERÁ DESCONTADA DO PAGAMENTO A IMPORTÂNCIA CORRESPONDENTE AO DESCUMPRIMENTO, SEM PREJUÍZO DA EVENTUAL RESCISÃO DO CONTRATO E APLICAÇÃO DAS DEMAIS PENALIDADES CABÍVEIS.

7.4. FORMA DE PAGAMENTO;

- 7.4.1. O PAGAMENTO SERÁ REALIZADO POR MEIO DE ORDEM BANCÁRIA, PARA DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE BANCÁRIA EM NOME DO CONTRATADO NO BANCO DO BRASIL S/A, FICANDO TERMINANTEMENTE VEDADA A NEGOCIAÇÃO DA DUPLICATA MERCANTIL NA REDE BANCÁRIA OU COM TERCEIROS.
- 7.4.2. SERÁ CONSIDERADA DATA DO PAGAMENTO O DIA EM QUE CONSTAR COMO EMITIDA A ORDEM BANCÁRIA PARA PAGAMENTO.
- 7.4.2.1. O CONTRATANTE PODERÁ, POR OCASIÃO DO PAGAMENTO, EFETUAR A RETENÇÃO DE TRIBUTOS DETERMINADA POR LEI, AINDA QUE NÃO HAJA INDICAÇÃO DE RETENÇÃO NA NOTA FISCAL APRESENTADA OU QUE SE REFIRA A RETENÇÕES NÃO REALIZADAS EM MESES ANTERIORES.
- 7.4.2.2. INDEPENDENTEMENTE DO PERCENTUAL DE TRIBUTO INSERIDO NA PLANILHA, QUANDO HOVER, SERÃO RETIDOS NA FONTE, QUANDO DA REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO, OS PERCENTUAIS ESTABELECIDOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.
- 7.4.3. O **CONTRATADO** REGULARMENTE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, NÃO SOFRERÁ A RETENÇÃO TRIBUTÁRIA QUANTO AOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES ABRANGIDOS POR AQUELE REGIME. NO ENTANTO, O PAGAMENTO FICARÁ CONDICIONADO À APRESENTAÇÃO DE COMPROVAÇÃO, POR MEIO DE DOCUMENTO OFICIAL, DE QUE FAZ JUS AO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO FAVORECIDO PREVISTO NA REFERIDA LEI COMPLEMENTAR.

8. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

- 8.1. O FORNECEDOR SERÁ SELECIONADO POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, NA FORMA ELETRÔNICA SEM DISPUTA, COM FUNDAMENTO NA HIPÓTESE DO ART. 75, CAPUT, INCISO II, DA LEI N.º 14.133/2021, QUE CULMINARÁ COM A SELEÇÃO DA PROPOSTA DE **MENOR PREÇO POR GRUPO**.
- 8.2. FORMA DE FORNECIMENTO;
- 8.2.1. O FORNECIMENTO DO OBJETO SERÁ PARCELADO.
- 8.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO;
- 8.3.1. PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, A ADMINISTRAÇÃO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE A IMPEÇA, MEDIANTE A CONSULTA AOS SEGUINTE CADASTROS INFORMATIVOS OFICIAIS:
- a) SICAF;
 - b) CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS - CEIS, MANTIDO PELA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
([HTTPS://PORTALDATRANSAPARENCIA.GOV.BR/SANCOES/CONSULTA](https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta));
 - c) CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS – CNEP, MANTIDO PELA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
([HTTPS://PORTALDATRANSAPARENCIA.GOV.BR/SANCOES/CONSULTA](https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta));
 - d) CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E INELEGIBILIDADE – CNCIAI, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
([HTTP://WWW.CNJ.JUS.BR/IMPROBIDADE_ADM/CONSULTAR_REQUERIDO.PHP](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Campus "Luiz de Queiroz"
Centro de Energia Nuclear na Agricultura



- e) SISTEMA ELETRÔNICO DE APLICAÇÃO E REGISTRO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS – E-SANÇÕES ([HTTP://WWW.ESANCOES.SP.GOV.BR](http://www.esancoes.sp.gov.br));
- f) CADASTRO ESTADUAL DE EMPRESAS PUNIDAS – CEEP ([HTTP://WWW.SERVICOS.CONTROLADORIAGERAL.SP.GOV.BR/PESQUISACEEP.ASPX](http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisACEEP.aspx)); E
- g) RELAÇÃO DE APENADOS PUBLICADA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO ([HTTPS://WWW.TCE.SP.GOV.BR/APENADOS](https://www.tce.sp.gov.br/apenados)).

- 8.3.2.** A CONSULTA AO CADASTRO ESPECIFICADO NA ALÍNEA “D” DO ITEM ANTERIOR SERÁ REALIZADA EM NOME DA PESSOA JURÍDICA FORNECEDORA E DE SEU SÓCIO MAJORITÁRIO, POR FORÇA DO ARTIGO 12 DA LEI Nº 8.429, DE 1992, QUE PREVÊ, DENTRE AS SANÇÕES IMPOSTAS AO RESPONSÁVEL PELA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, A PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO, INCLUSIVE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO.
- 8.3.3.** CASO CONSTE NA CONSULTA DE SITUAÇÃO DO INTERESSADO A EXISTÊNCIA DE OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, O GESTOR DILIGENCIARÁ PARA VERIFICAR SE HOVE FRAUDE POR PARTE DAS EMPRESAS APONTADAS NO RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS.
- 8.3.4.** TAMBÉM CONSTITUI CONDIÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, BEM COMO PARA A REALIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS DELA DECORRENTES, A INEXISTÊNCIA DE REGISTROS EM NOME DO FORNECEDOR NO “CADASTRO INFORMATIVO DOS CRÉDITOS NÃO QUITADOS DE ÓRGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS – CADIN ESTADUAL”. ESTA CONDIÇÃO SERÁ CONSIDERADA CUMPRIDA SE O DEVEDOR COMPROVAR QUE OS RESPECTIVOS REGISTROS SE ENCONTRAM SUSPENSOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 8º, §§ 1º E 2º, DA LEI ESTADUAL Nº 12.799, DE 2008.
- 8.3.5.** CASO ATENDIDAS AS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO, A HABILITAÇÃO DO INTERESSADO SERÁ VERIFICADA POR MEIO DO SICAF, NOS DOCUMENTOS POR ELE ABRANGIDOS.
- 8.3.6.** É DEVER DO INTERESSADO MANTER ATUALIZADA A RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO SICAF, OU ENCAMINHAR, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO, A RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO ATUALIZADA.
- 8.3.7.** NÃO SERÃO ACEITOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO COM INDICAÇÃO DE CNPJ/CPF DIFERENTES, SALVO AQUELES LEGALMENTE PERMITIDOS.
- 8.3.8.** SE O INTERESSADO FOR A MATRIZ, TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO ESTAR EM NOME DA MATRIZ, E SE O FORNECEDOR FOR A FILIAL, TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO ESTAR EM NOME DA FILIAL, EXCETO PARA ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, CASO EXIGIDOS, E NO CASO DAQUELES DOCUMENTOS QUE, PELA PRÓPRIA NATUREZA, COMPROVADAMENTE, FOREM EMITIDOS SOMENTE EM NOME DA MATRIZ.
- 8.3.9.** SERÃO ACEITOS REGISTROS DE CNPJ DE FORNECEDOR MATRIZ E FILIAL COM DIFERENÇAS DE NÚMEROS DE DOCUMENTOS PERTINENTES AO CND E AO CRF/FGTS, QUANDO FOR COMPROVADA A CENTRALIZAÇÃO DO RECOLHIMENTO DESSAS CONTRIBUIÇÕES.

8.4. PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ O INTERESSADO COMPROVAR OS SEGUINTE REQUISITOS:

- 8.4.1.** OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DO ART. 18 DO DECRETO ESTADUAL Nº 68.304, DE 9 DE JANEIRO DE 2024, E CONSIDERANDO QUE O OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO SE ENCONTRA ENQUADRADO NO INCISO II, DEVERÁ SER APRESENTADA A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO:
- 8.4.1.1.** PROVA DE REGULARIDADE COM A FAZENDA ESTADUAL (CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA), DO DOMICÍLIO OU SEDE DO FORNECEDOR.



8.4.1.1.1. CASO O FORNECEDOR SEJA CONSIDERADO ISENTO DOS TRIBUTOS ESTADUAL E/OU MUNICIPAL RELACIONADOS AO OBJETO CONTRATUAL, DEVERÁ COMPROVAR TAL CONDIÇÃO MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DA FAZENDA RESPECTIVA DO SEU DOMICÍLIO OU SEDE, OU OUTRA EQUIVALENTE, NA FORMA DA LEI.

8.4.1.2. PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA (**CNDT**) OU POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA, NOS TERMOS DO TÍTULO VII-A DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943;

8.4.1.3. PROVA DE REGULARIDADE FISCAL PERANTE A FAZENDA NACIONAL, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO EXPEDIDA CONJUNTAMENTE PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (**RFB**) E PELA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (**PGFN**), REFERENTE AOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À **DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO (DAU)** POR ELAS ADMINISTRADOS, INCLUSIVE AQUELES RELATIVOS À SEGURIDADE SOCIAL, NOS TERMOS DA PORTARIA CONJUNTA Nº 1.751, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014, DO SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E DA PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL;

8.4.1.4. PROVA DE REGULARIDADE COM O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (**FGTS**).

8.5. HABILITAÇÃO JURÍDICA;

8.5.1. PESSOA FÍSICA: CÉDULA DE IDENTIDADE (RG) OU DOCUMENTO EQUIVALENTE QUE, POR FORÇA DE LEI, TENHA VALIDADE PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

8.5.2. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: INSCRIÇÃO NO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS, A CARGO DA JUNTA COMERCIAL DA RESPECTIVA SEDE.

8.5.3. MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI: CERTIFICADO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - CCMEI, CUJA ACEITAÇÃO FICARÁ CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE NO SÍTI [HTTPS://WWW.GOV.BR/EMPRESAS-E-NEGOCIOS/PT-BR/EMPREENDEDOR](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor).

8.5.4. SOCIEDADE EMPRESÁRIA, SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL – SLU OU SOCIEDADE IDENTIFICADA COMO EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI: INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL NO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS, A CARGO DA JUNTA COMERCIAL DA RESPECTIVA SEDE, ACOMPANHADA DE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE SEUS ADMINISTRADORES.

8.5.5. SOCIEDADE EMPRESÁRIA ESTRANGEIRA: PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO NO BRASIL, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E ARQUIVADA NA JUNTA COMERCIAL DA UNIDADE FEDERATIVA ONDE SE LOCALIZAR A FILIAL, AGÊNCIA, SUCURSAL OU ESTABELECIMENTO, A QUAL SERÁ CONSIDERADA COMO SUA SEDE, CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI/ME N.º 77, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

8.5.6. SOCIEDADE SIMPLES: INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO NO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DO LOCAL DE SUA SEDE, ACOMPANHADA DE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE SEUS ADMINISTRADORES.

8.5.7. FILIAL, SUCURSAL OU AGÊNCIA DE SOCIEDADE SIMPLES OU EMPRESÁRIA: INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DA FILIAL, SUCURSAL OU AGÊNCIA DA SOCIEDADE SIMPLES OU EMPRESÁRIA, RESPECTIVAMENTE, NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS OU NO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS ONDE OPERA, COM AVERBAÇÃO NO REGISTRO ONDE TEM SEDE A MATRIZ.



- 8.5.8. SOCIEDADE COOPERATIVA: ATA DE FUNDAÇÃO E ESTATUTO SOCIAL, COM A ATA DA ASSEMBLEIA QUE O APROVOU, DEVIDAMENTE ARQUIVADO NA JUNTA COMERCIAL, DEVENDO O ESTATUTO ESTAR ADEQUADO À LEI FEDERAL Nº 12.690/2012; DOCUMENTOS DE ELEIÇÃO OU DESIGNAÇÃO DOS ATUAIS ADMINISTRADORES; E REGISTRO PERANTE A ENTIDADE ESTADUAL DA ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS DE QUE TRATA O ART. 107 DA LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO 1971.
- 8.5.9. AGRICULTOR FAMILIAR: CADASTRO NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR – CAF VÁLIDO, DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – DAP ATIVA, OU, AINDA, OUTROS DOCUMENTOS DEFINIDOS PELO GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, § 3º, DO DECRETO Nº 11.802, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023.
- 8.5.10. PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA: MATRÍCULA NO CADASTRO ESPECÍFICO DO INSS – CEI, QUE COMPROVE A QUALIFICAÇÃO COMO PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA, NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.110, DE 17 DE OUTUBRO DE 2022 (ARTIGOS 15 A 17 E 146).
- 8.5.11. OS DOCUMENTOS APRESENTADOS DEVERÃO ESTAR ACOMPANHADOS DE TODAS AS ALTERAÇÕES OU DA CONSOLIDAÇÃO RESPECTIVA.

8.6. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 8.6.1. PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS (CNPJ) OU NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS (CPF), CONFORME O CASO.
- 8.6.2. PROVA DE REGULARIDADE FISCAL PERANTE A FAZENDA NACIONAL, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO EXPEDIDA CONJUNTAMENTE PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) E PELA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN), REFERENTE AOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO (DAU) POR ELAS ADMINISTRADOS, INCLUSIVE AQUELES RELATIVOS À SEGURIDADE SOCIAL, NOS TERMOS DA PORTARIA CONJUNTA Nº 1.751, DE 02 DE OUTUBRO DE 2014, DO SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E DA PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL.
- 8.6.3. PROVA DE REGULARIDADE COM O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS).
- 8.6.4. DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE 16 ANOS, SALVO MENOR, A PARTIR DE 14 ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, NOS TERMOS DO ARTIGO 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO.
- 8.6.5. PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INADIMPLIDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA (CNDT) OU POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA, NOS TERMOS DO TÍTULO VII-A DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, APROVADA PELO DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943.
- 8.6.6. PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES ESTADUAL E/OU MUNICIPAL RELATIVO AO DOMICÍLIO OU SEDE DO FORNECEDOR, PERTINENTE AO SEU RAMO DE ATIVIDADE E COMPATÍVEL COM O OBJETO CONTRATUAL.
- 8.6.7. PROVA DE REGULARIDADE COM A FAZENDA ESTADUAL (CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA), EM SE TRATANDO DE COMPRAS E SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE BENS E/OU MUNICIPAL (CERTIDÃO DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS) NO CASO DE SERVIÇOS, DO DOMICÍLIO OU SEDE DO FORNECEDOR, RELATIVA À ATIVIDADE EM CUJO EXERCÍCIO CONTRATA OU CONCORRE.
- 8.6.8. CASO O FORNECEDOR SEJA CONSIDERADO ISENTOS DOS TRIBUTOS ESTADUAL OU MUNICIPAL RELACIONADOS AO OBJETO CONTRATUAL, DEVERÁ COMPROVAR TAL CONDIÇÃO MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DA FAZENDA RESPECTIVA DO SEU DOMICÍLIO OU SEDE, OU OUTRA EQUIVALENTE, NA FORMA DA LEI.



8.6.9. O FORNECEDOR ENQUADRADO COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL QUE PRETENDA AUFERIR OS BENEFÍCIOS DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 123, DE 2006, ESTARÁ DISPENSADO DA PROVA DE INSCRIÇÃO NOS CADASTROS DE CONTRIBUINTES ESTADUAL E MUNICIPAL.

8.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA;

8.7.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE INSOLVÊNCIA CIVIL EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DO DOMICÍLIO OU SEDE DO INTERESSADO, CASO SE TRATE DE PESSOA FÍSICA, DESDE QUE ADMITIDA A SUA CONTRATAÇÃO (ART. 5º, INCISO II, ALÍNEA “C”, DA [INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 116, DE 2021](#) C/C [DECRETO ESTADUAL Nº 67.608, DE 2023](#)), OU DE SOCIEDADE SIMPLES.

8.7.2. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DO FORNECEDOR.

8.7.2.1. CASO O FORNECEDOR ESTEJA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL, DEVERÁ SER COMPROVADO O ACOLHIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, CONFORME O CASO.

8.8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;

8.8.1. DECLARAÇÃO DE QUE O INTERESSADO TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA CONTRATAÇÃO, ASSEGURADO A ELE O DIREITO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA PRÉVIA.

8.8.2. A DECLARAÇÃO ACIMA PODERÁ SER SUBSTITUÍDA POR DECLARAÇÃO FORMAL ASSINADA PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO DO INTERESSADO ACERCA DO CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO.

8.8.3. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL PARA EXECUÇÃO DE FORNECIMENTO SIMILAR DE COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA E OPERACIONAL EQUIVALENTE OU SUPERIOR AO OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO, OU AO ITEM PERTINENTE, POR MEIO DA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO(ÕES) OU ATESTADO(S), FORNECIDO(S) POR PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, OU REGULARMENTE EMITIDO(S) PELO CONSELHO PROFISSIONAL COMPETENTE, QUANDO FOR O CASO.

8.8.3.1. PARA FINS DA COMPROVAÇÃO DE QUE TRATA ESTE SUBITEM, O(S) ATESTADO(S) OU CERTIDÃO(ÕES) DEVERÁ(ÃO) DIZER RESPEITO A CONTRATO(S) EXECUTADO(S) COM A(S) SEGUINTE(S) CARACTERÍSTICA(S) MÍNIMA(S):

8.8.3.1.1. 10% FORNECIDO DE CADA UM DOS ITENS DO GRUPO.

8.8.3.2. SERÁ ADMITIDA, PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE QUANTITATIVO MÍNIMO DE FORNECIMENTO SIMILAR, A APRESENTAÇÃO E O SOMATÓRIO DE DIFERENTES CERTIDÕES OU ATESTADOS DE FORNECIMENTOS EXECUTADOS DE FORMA CONCOMITANTE.

8.8.3.3. OS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA PODERÃO SER APRESENTADOS EM NOME DA MATRIZ OU DA FILIAL DO FORNECEDOR.

8.8.3.4. O FORNECEDOR DISPONIBILIZARÁ TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À COMPROVAÇÃO DA LEGITIMIDADE DO(S) ATESTADO(S), APRESENTANDO, QUANDO SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO, CÓPIA DO CONTRATO QUE DEU SUPORTE À CONTRATAÇÃO, ENDEREÇO ATUAL DO CONTRATANTE E LOCAL EM QUE FOI EXECUTADO O OBJETO CONTRATADO, DENTRE OUTROS DOCUMENTOS.

8.9. OUTRAS COMPROVAÇÕES;

8.9.1. DECLARAÇÃO SUBSCRITA POR REPRESENTANTE LEGAL DO FORNECEDOR, ATESTANDO QUE:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Campus "Luiz de Queiroz"
Centro de Energia Nuclear na Agricultura



- a) NÃO POSSUI EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO, OBSERVANDO O DISPOSTO NOS INCISOS III E IV DO ARTIGO 1º E NO INCISO III DO ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;
- b) CUMPRE AS NORMAS RELATIVAS À SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO, NOS TERMOS DO ARTIGO 117, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL;
- c) ATENDERÁ, NA DATA DA CONTRATAÇÃO, AO DISPOSTO NO ARTIGO 5º-C E SE COMPROMETE A NÃO DISPONIBILIZAR EMPREGADO QUE INCORRA NA VEDAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 5º-D, AMBOS DA LEI FEDERAL Nº 6.019/1974, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI FEDERAL Nº 13.467/2017, QUANDO FOR O CASO.

8.9.2. TODOS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO DEVEM SER APRESENTADOS EXCLUSIVAMENTE EM MEIO DIGITAL, ACEITANDO-SE TANTO FORMATOS NATIVAMENTE DIGITAIS QUANTO DOCUMENTOS DIGITALIZADOS. ESSA EXIGÊNCIA ABRANGE NÃO APENAS OS DOCUMENTOS ESPECIFICAMENTE MENCIONADOS NESTE TR/CONTRATO, MAS SE ESTENDE A TODA A DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE. NO CASO DE DOCUMENTOS NATO-DIGITAIS, A APRESENTAÇÃO SEGUIRÁ AS NORMAS E REGULAMENTAÇÕES VIGENTES, GARANTINDO A CONFORMIDADE LEGAL E A EFICIÊNCIA NA GESTÃO DOCUMENTAL.

8.9.2.1. OS DOCUMENTOS DIGITALIZADOS SERÃO CONSIDERADOS CÓPIAS SIMPLES, SENDO QUE A APRESENTAÇÃO DE SEUS ORIGINAIS SÓ SERÁ NECESSÁRIA QUANDO A LEI EXPRESSAMENTE EXIGIR, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO ADMINISTRATIVO EM MEIO ELETRÔNICO (§ 3º, ART. 6º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 2018).

8.9.2.2. SOMENTE HAVERÁ A NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO PREENCHIMENTO DE REQUISITOS MEDIANTE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS ORIGINAIS NÃO-DIGITAIS QUANDO HOUVER DÚVIDA EM RELAÇÃO À INTEGRIDADE DO DOCUMENTO DIGITAL (§ 1º, ART. 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 2018).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE **R\$ 20.600,00 (VINTE MIL E SEISCENTOS REAIS)**, CONFORME CUSTOS UNITÁRIOS APOSTOS NO DOCUMENTO DA COMPRA Nº 202400075431/64-CENA.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

10.1. NO PRESENTE EXERCÍCIO, A CONTRATAÇÃO SERÁ ATENDIDA PELA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE CONSTARÁ NA NOTA DE EMPENHO E NO CONTRATO QUE SE ORIGINARÁ DESTA CONTRATAÇÃO.

10.2. QUANDO A EXECUÇÃO DO CONTRATO ULTRAPASSAR O PRESENTE EXERCÍCIO, A DOTAÇÃO RELATIVA AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS SUBSEQUENTES SERÁ INDICADA APÓS APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA RESPECTIVA E LIBERAÇÃO DOS CRÉDITOS CORRESPONDENTES, MEDIANTE APOSTILAMENTO.

PIRACICABA, NA DATA DA ASSINATURA DIGITAL.

SILVIA TORNISIELLO PEREIRA
 TÉCNICO ADMINISTRATIVO II
 AGENTE DE CONTRATAÇÃO.



USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código ZVSU-3GA3-NBQE-B3H5 no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/ZVSU-3GA3-NBQE-B3H5>

Silvia Tornisiello Pereira

Nº USP: 3576586

Data: 13/08/2024 09:16